

3. Quilombos: entre a memória da resistência e a consciência museológica

Alfredo Wagner Berno de Almeida¹

No decorrer das duas primeiras décadas do século XXI, na execução de trabalhos de pesquisa concernentes ao mapeamento social em comunidades tradicionais de diferentes regiões da Amazônia, pelas equipes do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), verificamos *in loco* iniciativas autônomas de afirmação dos saberes intrínsecos àquelas unidades sociais através da criação de “pequenos museus”. Registramos tais experiências, encetadas pelos próprios membros destas comunidades, meio a um vasto repertório de mobilizações coletivas e ações deliberadas de proteção das terras tradicionalmente ocupadas, seja em áreas tituladas ou em vias de identificação, seja em projetos de assentamento ou em unidades de conservação ou ainda em bairros periféricos das metrópoles.

1 Coordenador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), bolsista Produtividade CNPq, pesquisador sênior da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Professor permanente nos seguintes Programas de Pós-graduação: Cartografia Social e Política da Amazônia na Universidade Estadual do Maranhão-PPGCSPA, Mestrado Interdisciplinar em Ciência Humanas na Universidade do Estado do Amazonas/PPGICH-UEA. Professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/PPGAS-UFAM e Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas/PPGSCA-UFAM.

Para efeitos deste texto selecionei experiências verificadas em cinco unidades sociais, que se autodefinem e são reconhecidas como comunidades quilombolas, localizadas em regiões de conflitos e tensões sociais de três unidades da federal da Amazônia, quais sejam: Pará, Maranhão e Amazonas. As unidades sociais selecionadas foram objeto de técnicas de observação direta e demais procedimentos de trabalho de campo no decorrer dos últimos cinco anos.

Uma primeira constatação é que tal como os mapas estes “pequenos museus” que, a partir das discussões no âmbito de um determinado projeto de pesquisa, passamos a designar de Centros e Ciências e Saberes (CCS), são acionados nas mobilizações e atos coletivos pelo reconhecimento e pela consolidação de territórios quilombolas. Neste processo de lutas o fator identitário torna-se um instrumento dinâmico de conhecimento, articulando a **memória de resistência** com uma **consciência museológica**, que orienta a classificação de artefatos coletados localmente ao mesmo tempo que fortalece os saberes práticos na gestão comunitária dos recursos naturais e o controle histórico, a partir do tempo presente, de tudo que concerne ao território. Tal dinamismo encontra-se fundamentado em conhecimentos específicos, intrínsecos à unidade social designativa de comunidades quilombolas. A **memória da resistência** ao recusar a privatização dos bens comunitários confronta as medidas de usurpação das formas de uso comum dos recursos, as quais fundamentam o senso de comunidade e a força cotidiana e agregadora da identidade coletiva. Em outros termos, a construção do território é coextensiva às práticas de resistência. A resistência significa uma escolha e consiste numa garantia do exercício de liberdade, a liberdade de escolher. Não há, pois, território sem resistência e mobilizações continuadas, que são definidas a cada escolha que orienta as pautas reivindicatórias. Tem-se, pois, uma politização da resistência já que a consciência e as práticas inerentes aos acontecimentos que expressam as modalidades de resistir são coletivas e nada tem de individuais como assinalam, distintas abordagens teóricas.

A **consciência museológica**, por sua vez, reforça o princípio de que os saberes intrínsecos à vida comunitária e as relações cotidianas que os agentes sociais mantêm com os bens naturais são componentes fundamentais da persistência destas práticas de cooperação simples e de uso comum. Tais saberes são intangíveis e não podem ser reduzidos à mercadoria ou manuseados em tran-

sações diretas de compra e venda. Este repertório de relações sociais constitui um capital imaterial e o custo de sua produção não pode ser automaticamente determinado, ou seja, não se pode estabelecer um valor mercantil estimado de acordo com o tempo de trabalho necessário e despendido em sua criação (GORZ, 2005). O capital imaterial, enquanto referido a um sistema específico de relações sociais, e os conhecimentos detidos por estas comunidades tradicionais, que não são necessariamente cumulativos, tem na emergência destes “pequenos museus” uma de suas expressões políticas mais relevantes. Uma constatação preliminar é que, de maneira semelhante ao que acontece com os mapas, a iniciativa de implementar museus também está sendo coletivamente apropriada pelas comunidades quilombolas e, ao mesmo tempo, desatrelada de um tempo linear ou de um determinado passado histórico, tido como determinante. A presença do passado, que caracteriza os “pequenos museus”, desfaz o argumento neoliberal, de inspiração evolucionista, que pretende instituir o chamado “marco temporal” no reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas. As práticas de cultivo, que tem na denominada “roça” uma modalidade de existência, as práticas extrativas, a coleta de artefatos e a produção artesanal com fibras e madeiras são arqueologicamente concebidas como uma efetiva realização do presente. O que não requer necessariamente um recuo histórico nem para seu entendimento e explicação, nem para se alcançar uma compreensão sociológica mais abrangente da unidade social designada como comunidade tradicional. Isto é que faz a noção de tradição não estar obrigatoriamente submetida a um tempo linear, sequencial, historicista e ser um componente projetado a partir do tempo presente. Esta percepção do tempo e das vicissitudes do território, como além do espaço físico e detendo modalidades intrínsecas de saberes, tem sido trabalhada, inclusive, por intelectuais quilombolas, quais sejam, acadêmicos que cursaram mestrados e doutorados nos últimos quinze anos e que estão formulando possibilidades de abordagens teóricas que levam à reflexões sobre o que denominam de “epistemologias de comunidades quilombolas (“negras”)” nas lutas por direitos territoriais. Estes novos intelectuais que ocupam uma posição de liminaridade, produzindo conhecimentos para “embasar” lutas sociais de sua própria comunidade repensam sua ação a partir de um exercício reflexivo, em que se expõem abertamente à críticas. Os intelectuais quilombolas, tal como

os intelectuais indígenas, posicionam-se nos desdobramentos desta consciência museológica aqui referida, compondo seu plano de abstração mais recente e sem dirimir com rigor sua complexidade. Os fatores identitários são dispostos assim, de maneira concomitante, como objeto de reflexão e como via de acesso a este objeto, abrindo um campo de debates sobre a pertinência dos novos significados das “novas etnias”, expressão instituída pela American Ethnological Society há pouco mais de meio século. Não é demais reiterar, portanto, que o uso de “novas/os” aqui transcende seguramente a uma simples adjetivação e conduz a interpretação para situações sociais ainda não devidamente abordadas.

Em termos de relações de pesquisa o trabalho de campo produzindo mapas nos levou, enquanto equipe do PNCSA, às iniciativas comunitárias de lugares sociais que dialogam com a memória coletiva e com a capacidade de produzir saberes, demonstrando a relevância de uma economia do conhecimento, tal como definida por Gorz ao estudar o capital imaterial. Estas experiências de pesquisa nos impeliram ao trabalho conceitual relativo a estes lugares sociais, que passam a integrar os acontecimentos cotidianos da vida comunitária. Pode-se afirmar que os croquis e mapas são complementados com a consolidação destes “pequenos museus” ou centros de ciências e saberes, cujos esboços de plantas baixas são elaborados pelos próprios membros das comunidades, bem como são eles os artífices de sua construção. Tais esboços, de igual modo que os croquis no processo de produção cartográfica, representam as primeiras aproximações ou a obra em seu estado inicial. São esboços de desenhos das edificações, que correspondem a um diagrama da relação entre salas e demais cômodos internos, entre espaços de exposição e outros aspectos físicos. As edificações são construídas por modalidades de cooperação simples em base voluntária. A seleção e extração de madeiras apropriadas para a construção, os cortes de toras, os serviços de carpintaria e a construção das próprias edificações competem aos próprios quilombolas. São eles os arquitetos, os marceneiros, os pedreiros, os eletricitistas, os bombeiros, os responsáveis pelo assentamento de janelas e portas, pelos encaixes de degraus das escadas, pelo telhado e pelas instalações hidráulicas. São os executores dos trabalhos de acabamento do piso, das paredes e da fachada, tudo concluído com esmero e disposição voluntária do próprios quilombolas. Materializam, em suma, os projetos de pequenos museus,

além de organizarem também coleções de artefatos e suas exposições, com a força descritiva de “fichas museográficas” exercitando sua própria capacidade classificatória e expondo-a publicamente ao contraste com a lógica das classificações eruditas, ancorada em teorias como as de Lineu, datadas do século XVIII, que orientaram os chamados “estudos da natureza” dos naturalistas viajantes que percorreram a Amazônia. O embate neste plano de produção de conhecimentos aponta para um processo de ruptura radical com as prescrições normativas da produção intelectual e artística inspiradas na situação colonial. Consoante esta ordem de fatos pode-se asseverar que as mobilizações quilombolas em torno dos pequenos museus são passíveis de aproximação com as ações anti-racistas de contestação de “figuras”, “monumentos” e “fatos notáveis” consagrados pelas histórias das metrópoles coloniais e pelos “classificadores”, e agora estão alcançando os critérios de reconhecimento das histórias das ciências.

Uma possível intermediação neste exercício, que envolve técnicas contrastivas e coloca a Amazônia em cena, concerne à derrubada da estátua de Victor Schoelcher, em Caiena (Guiana “Francesa”), em meados de julho de 2020. Schoelcher foi jurista e parlamentar que definiu juridicamente “marrom” e proclamou a segunda abolição da escravidão na França. Sua escultura foi derrubada e substituída pela figura de um escravo fugido, após uma mancha de tinta vermelha, evocando sangue, escorrer pelo pedestal branco que suporta a estátua.

Cabe concluir, nesta ordem, que o mapa e o museu se articulam através das práticas de mapeamento social e de montagem dos “centros de ciências e saberes”. Em certa medida tal articulação recoloca em questão um tema da difusão do nacionalismo, já abordado por B. Anderson. O mapa e o museu, juntamente com o censo, foram analisados por Anderson, tomando como referência regiões colonizadas, no decorrer do século XIX, no sudeste asiático, como instituições de poder que, em conjunto, moldaram profundamente o modo como o estado colonial imaginou a geografia de seus domínios e “a natureza dos seres humanos que governava” (ANDERSON, 1993: p.228-229). Num primeiro exercício comparativo, que certamente carece de aprofundamento, pode-se afirmar que nas situações sociais observadas empiricamente na região amazônica os procedimentos de nova cartografia social e dos centros de

ciências e saberes ressaltam, ao contrário da situação examinada por Anderson, que os mapas e os museus, são iniciativas autônomas e, em certa medida, autosustentáveis, de povos e comunidades tradicionais que, inclusive, confrontam os fundamentos colonialistas da dominação exercida pelo Estado. Certamente que este esforço comparativo requer uma pesquisa mais detida.

O pano de fundo desta reflexão concerne às vicissitudes de processos reais e de realidades empiricamente observáveis no decorrer dos trabalhos de campo realizados em regiões amazônicas pelos pesquisadores do PNCSA, que já realizaram nos últimos dezesseis anos cerca de três centenas e meia de mapeamentos, publicados em fascículos ou em boletins informativos, disponibilizados no site www.novacartografiasocial.com, e já contribuíram em diferentes etapas na montagem de pelo menos 20 centros de ciências e saberes. Dentre eles gostaríamos de sublinhar especificamente aqueles referidos a comunidades quilombolas que são apoiados pela rede de pesquisadores da nova cartografia social através do Projeto “Centro de Ciências e Saberes: Experiência de Criação de Museus Vivos na Afirmação de Saberes e Fazeres representativos dos Povos e Comunidades Tradicionais” e seus desdobramentos, quais sejam:

i) CCS Mãe Anica, em Canelatiua, Alcântara (MA). Organizado sob a liderança de Dorinete Serejo, do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE). ii) CCS das Comunidades Quilombolas do Andirá (AM), que é uma iniciativa da Federação das Organizações Quilombolas de Barreirinha (FOQMB). iii) CCS Apolônio Machado Aires, em Penalva (MA). Organizado por Nice Machado Aires, liderança da região da Baixada e presidente da ACONERUQ (Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão). iv) CCS de Cachoeira Porteira, que é uma iniciativa da AMOCREQ (Associação dos Moradores da Comunidade Remanescente de Quilombos de Cachoeira Porteira), no Rio Trombetas, em Oriximiná (PA). v) CCS Francisco de Melo, no Rio Erepecuru, em Jauari, Oriximiná (PA). Organizado a partir de contatos dos quilombolas músicos do Grupo Cultural Encanto do Quilombo com os pesquisadores do PNCSA.

Este percurso do trabalho de campo, que se estende das plantas baixas à edificação dos Centros de Ciências e Saberes, será aqui apresentado através de ilustrações que propiciem uma compreensão mais detida do processo de produção intelectual intrínseco às comunidades quilombolas, em que não há separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, posto que todas as atividades referidas consistem em atividades intelectuais.

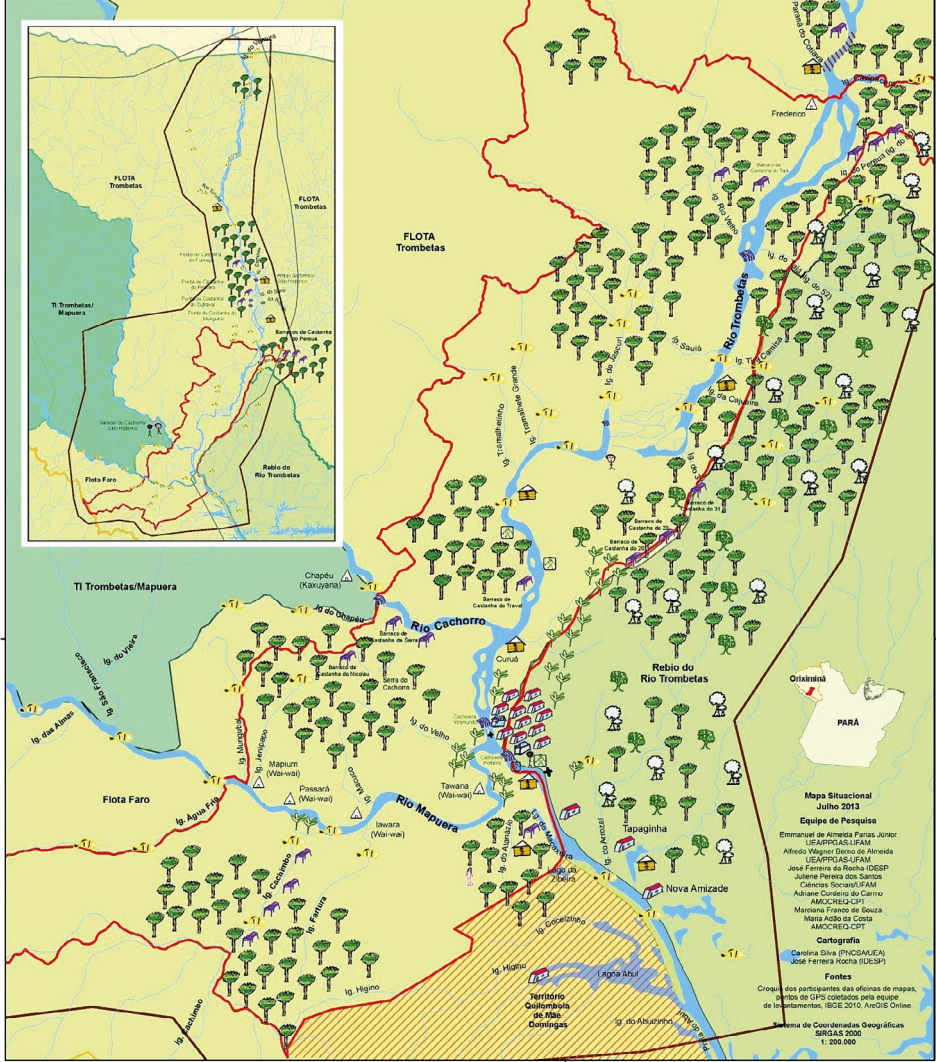
Assim, em janeiro de 2020 uma equipe de pesquisadores do PNCSA, composta por Patricia Portela, Emmanuel Farias Jr., Marcos Alan Costa Farias e Alfredo Wagner, viajou para a comunidade quilombola do Jauari, no Rio Erepecuru, em Oriximiná (PA), para a inauguração do CCS Francisco de Melo, um notável sacaca da região do Trombetas e pai e avô das principais lideranças do quilombo. Uma experiência iniciada em novembro de 2017, quando o Grupo Cultural Encanto do Quilombo, viajou de Oriximiná para Manaus, para participar de trabalhos no laboratório do PNCSA e do lançamento do livro do antropólogo Roque de Barros Laraia intitulado *Os Primórdios da Antropologia Brasileira*.

Desde as primeiras discussões neste mês de novembro de 2017 e no decorrer destes quinze meses, até a inauguração em janeiro de 2019, foi ganhando corpo a consecução do museu em Jauari e seus principais artífices foram os membros do grupo musical mencionado. Inicialmente foi escolhida uma foto do Sr. Francisco Melo e trabalhada e emoldurada em Manaus, que dista 48 horas de barco-de-linha até Oriximiná. Marcos Alan Farias, pesquisador do PNCSA, doutorando em antropologia do PPGAS/UFAM, natural de Oriximiná, acompanhou as discussões em Jauari e fez todo o trabalho de intermediação a cada passo que precisávamos consultar a associação comunitária de Jauari sobre alguma decisão relativa ao andamento do projeto.

Veja o resultado na página seguinte.

O CCS de Cachoeira Porteira ainda é um projeto não obstante a discussão em torno dele já durar três anos e terem sido realizadas oficinas de mapas, cursos de GPS, mapeamento do território, laudo antropológico e até finalizado o processo de reconhecimento do quilombo com a titulação definitiva. A proposta do CCS feita a partir da primeira oficina de mapas previa a construção de um espaço físico para acolher coleções de artefatos considerados relevantes para a vida comunitária, sobretudo aquelas peças que foram localizadas com referência ao período histórico de fuga dos quilombolas (candeias, correntes, artefatos de cerâmica) e aquelas outras que são utilizadas na fabricação de farinha (paneiro, peneira, tipiti) e na extração de castanha. Os trabalhos de pesquisa ocorreram no âmbito da AMOCREQ, quando era presidente da entidade o Sr. Ivanildo Carmo de Souza, e prosseguem. Os pesquisadores do PNCSA, que acompanham os trabalhos, Emmanuel de Almeida Faria Júnior e Juliene Pereira dos Santos, continuam com vínculos na região, porquanto suas famílias de origem aí se localizam. Alfredo Wagner participou da oficina de mapa, que teve como produto o fascículo e o mapa do território, assim como das discussões que levaram à titulação definitiva. Os trabalhos de demarcação de pontos para estabelecer a extensão a ser titulada e os debates sobre a titulação absorveram as principais energias da comunidade quilombola neste período e as discussões sobre o CCS estão sendo reavaliadas.

Território Quilombola de Cachoeira Porteira - Alto Trombetas, Oriximiná-Pará



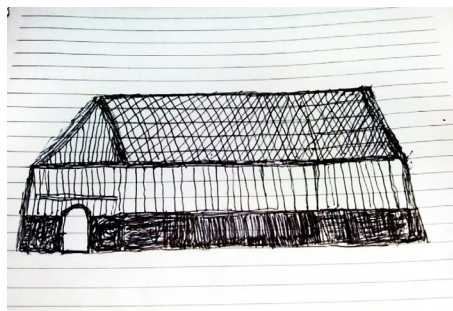
- | | | | | | |
|--------------------------------|---------------------|-----------------------------|----------------------------|------------------------------------|---------------------------------|
| Famílias Quilombolas | Sede da Comunidade | Roça | Breu | Área pretendida | Terras indígenas |
| Antigo Mocambo/Sítio histórico | Barraco de Castanha | Cemitério | Copaliba | Perambulação/Área de uso | Unidade de Conservação Federal |
| Varador/Sítio histórico | Sítio Arqueológico | Locais de pesca e caça | Prelinho do Porto (viagem) | Rio da Festa | Unidade de Conservação Estadual |
| Moradas indígenas | Cachoeira | Ponta de Castanha/Castanhas | Cunupite (viagem) | Território Quilombola Mãe Domingas | Limite municipal |
| Porto | | | | Hidrografia | |



Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
 Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o desmatamento e a devastação: Processo de capacitação de Povos e Comunidades Tradicionais



O trabalho de pesquisa junto à FOQM começou através de discussões em 2015/ 16, realizadas após a oficina de mapas e organizadas pela liderança quilombola Sra. Maria Amélia dos Santos Castro e pela pesquisadora do PNCSA Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro, quando as comunidades quilombolas de Barreirinha tiveram informações sobre a possibilidade do CCS se coadunar com a sua iniciativa de montar um centro cultural. No decorrer do ano seguinte, enquanto era finalizado o mapeamento social, houve mudança na direção da FOQM, com o Sr. Tarcisio dos Santos no comando e, em princípio, a montagem do CCS não foi interrompida, mas ocorreram alguns problemas, uma vez que o CCS era de um conjunto de comunidades e não de apenas uma. A localização que seria inicialmente na comunidade quilombola Santa Tereza de Matupiri, foi relocada para a sede do município e pode-se verificar na foto que ainda não está concluída. O ritmo dos trabalhos é diferente daquele em que o CCS fica no centro das próprias comunidades. O transporte de madeira, a disponibilidade da força de trabalho voluntária, a distancia entre os locais de moradia e o local da atividade de construção, tudo isto impõe um ritmo próprio. Os trabalhos já se estendem por tres anos e a abertura do CCS já foi adiada por pelo menos duas vezes, embora a edificação já esteja devidamente coberta e os pilares erguidos. As discussões prosseguem, todavia, de igual modo que os trabalhos de construção do CCS.



Croqui Centro de Ciências
Saberes das Comunidades
Quilombolas de Barreirinha (AM).



CCS em construção em
Barreirinha (AM)

Em 20 de agosto de 2016 foi inaugurado o CCS Quilombola Mãe Anica, em Canelatiua, Alcântara (MA), após oito meses de construção. Uma iniciativa do STTR de Alcântara e do MABE que foi objeto de discussões prolongadas. O CCS foi considerado, na alocução de abertura, da quilombola Dorinete Serejo Morais, como uma forma de contestação e resistência face à ausência deliberada de menções às comunidades quilombolas nos museus oficiais localizados na sede do Município de Alcântara: Museu Histórico e Museu Espacial, mais conhecido como “Museu da Base”. Além da equipe local estavam presentes representantes de inúmeras outras comunidades quilombolas (Rio Grande, Pepital, Peru, Baixa Grande, Bom Viver, Conceição, Mato Grosso, Brito) e membros da equipe do PNCSA.



Centro de Saberes Mãe Anica da Comunidade Quilombola de Canelatiua, Alcântara(MA)

Atualmente estão referidos a esta unidade social as comunidades da chamada área do litoral, que perfazem mais de 700 famílias quilombolas. Elas se encontram ameaçadas de deslocamento compulsório a partir da assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre o Brasil e os Estados Unidos, ratificado pelo Congresso Nacional em novembro de 2019.

O CCS Apolonio Machado Aires, foi inaugurado em Penalva (MA), em 24 de março de 2017, após 11 meses de discussões, curso, oficinas de mapas e debates. Mais de 40 comunidades quilombolas se fizeram representar. Elas pertencem aos territórios étnicos de Enseada da Mata, Sansapé, Viana e Matinha. A Sra. Nice Machado Aires, liderança quilombola, liderou os trabalhos e comemorações, que foram marcadas por manifestações como bambaê, bum-



Inauguração do CCS Quilombola Apolônio Machado, tendo-se Dona Nice de blusa verde à esquerda da segunda foto.



ba-meu-boi e tambor de crioula e também por rituais adstritos ao tambor de mina, tornando o local do evento um lugar sagrado, com diferentes toques de tambores. Cynthia Carvalho Martins, Camila do Vale, Patrícia Portela e Alfredo Wagner, pesquisadores do PNCSA, participaram dos trabalhos de acompanhamento, durante a montagem do CCS e das mesas de abertura do evento.

Em todas estas situações assinaladas foi através das oficinas de mapas, realizadas no âmbito dos próprios povoados, que fomos impelidos às iniciativas dos centros de ciências e saberes. Em outras palavras: o mapa foi coetâneo do museu² nos meandros da própria ação de resistência dos membros das comunidades quilombolas. Percebemos, todavia, uma distinção: as oficinas de mapas foram invariavelmente conduzidas por lideranças masculinas, enquan-

2 Para maiores informações consulte-se Almeida, A.W.B. de e Arenillas Oliveira, M. – *Museus Indígenas e Quilombolas: Centro de Ciências e Saberes. Manaus*. UEA/MAST/UEMA. 2018.

to as iniciativas dos CCSs foram lideradas por mulheres. Esta divisão sexual do trabalho político, que foi percebida também com respeito aos CCCs indígenas (Kokama, Karapaña, Tremembé) ainda não foi estudada o suficiente para podermos ir além desta constatação.

A possibilidade de aproximação referida diretamente às mobilizações políticas propiciou debates e me levou a perguntas. Por que tantas comunidades tradicionais demandam mapeamento social e se empenham agora na montagem de pequenos museus, ressaltando sua etnicidade através de exposições, de coleções de artefatos e de eventos comemorativos, inclusive aqueles referidos à instalação dos respectivos CCSs? Está-se diante de uma mobilização étnica? As formas político-organizativas dos quilombolas tornam-se mais complexas incorporando os efeitos de uma economia do conhecimento?

Os deslocamentos nos significados de museus, ao produzirem coleções de artefatos intrínsecas aos seus padrões culturais, e o empenho em produzir seus próprios mapas demonstram não apenas uma afirmação identitária, mas sobretudo uma ação de resistência constante e de defesa de seus territórios e bens culturais que se encontram submetidos a grandes riscos, ameaçados por conflitos provocados pela implantação de megaempreendimentos e “obras de infraestrutura” e de segurança. Barragens, bases de lançamento de foguetes, ferrovias, rodovias, portos, minerodutos, gasodutos, oleodutos, linhas de transmissão de energia e hidrovias, implantados de maneira concomitante, provocam danos e tem efeitos devastadores sobre o modo de vida e a reprodução destes povos e comunidades e sobre o que eles consideram os lugares relevantes de sua memória histórica. O seguro das catástrofes e acidentes provocados pelas atividades exploratórias, como a ruptura de barragens de rejeitos, a explosão de gasodutos e o rompimento de minerodutos dos megaprojetos constituem no momento atual um mercado em plena expansão. Uma das ilustrações mais contundentes concerne ao mineroduto condutor de caulim, que explodiu no povoado quilombola de Jambuaçu (PA) em 2015, e o trágico rompimento das barragens de rejeitos de empresas mineradoras nos casos de Mariana, em 2016, e Brumadinho (MG), em 2019, que resultaram em morte e desaparecimento de quase 300 pessoas. Estes conflitos podem estar aguçando memórias familiares e das associações e outras formas político-organizativas, facultando, como já foi

sublinhado, novas noções de resistência. A elevação geral do preço das *commodities* minerais, notadamente do ferro, impelindo as empresas mineradoras a intensificarem a produção, pode ter levado à negligência das normas de segurança das referidas barragens. Daí o quadro trágico e ameaçador destas barragens de rejeitos hoje em Minas Gerais e no Pará.

Insisto, pois, na pergunta: como interpretar a atual disseminação destas iniciativas de pequenos museus e demais práticas designadas através de expressões similares em que o termo “museu” funciona como uma sorte de prefixo, acompanhado da identidade social respectiva e suas variantes, tais como: museu indígena (Kokama, Tremembé, Ticuna), museu quilombola (complementado pelo nome de uma figura notável aos olhos da comunidade, tais como Mãe Anica, em Canelatiua; Apolônio Machado Aires, em Penalva, ou o conhecido *sacaca* Francisco de Melo, do Rio Erepecuru), museu indígena (Antonio Samias, para os Kokama), ou ainda museu de quebradeiras de coco babaçu, museu de ribeirinhos, museu de seringueiros, museu de castanheiros, museu de pantaneiros, museu de pescadores artesanais, museu de piaçabeiros, museu de caçaras, museu de geraizeiros, museu das comunidades de fundos e fechos de pasto e museu de faxinais? Antes de tudo cabe dizer que a nomeação explícita dos “sujeitos” na criação destes “pequenos museus”, implode com o significado de “outros”, evidenciando que ao omitir ou ocultar deliberadamente o nome, sob uma designação genérica, inviabilizava-se qualquer possibilidade concreta de autodefinição. Ao contrário, no momento atual, as autodefinições é que nomeiam os museus, os territórios e os mapas, demonstrando não somente suas especificidades, mas também que pequenos museus ou CCSs são indissociáveis de figuras notáveis da vida comunitária e da própria consciência de si mesmos ou do processo de autodefinição dos agentes sociais correspondentes às identidades coletivas explicitamente mencionadas.

A emergência destes pequenos museus que, inclusive, são autofinanciáveis e não demandam qualquer forma de institucionalização, pode ser articulada com a perda da estabilidade semântica de termos e conceitos como “tradição”, “exposição” e “coleção” e a complexidade de seus usos sociais na vida cotidiana. Do mesmo modo tem abalados os seus significados as mobilizações políticas por afirmação identitária e por direitos territoriais. Eles colocam

na ordem do dia da vida intelectual e política e nos meandros dos mecanismos burocráticos o propósito de repensar os significados usuais de museu e suas variações. Esta tarefa não é trivial nem tão pouco fácil uma vez que tais significados, além de historicamente cristalizados, possuem uma ambiguidade conflitiva e deveras perturbadora, porquanto referidos historicamente à situação colonial³ e seus desdobramentos: museu imperial, museu real, museu nacional e museu metropolitano dentre outros. Em Alcântara o advento do CCS confronta o Museu Espacial, erguido na sede municipal como a sinalizar para uma guerra de memórias, ou seja, a memória social é construída por quem venceu a contenda e a base já desalojou 312 famílias quilombolas, o CCS em Canelatiua afronta isto.

Este trabalho encerra, pois, uma crítica às noções usuais de cartografia e de historicidade da morte. Os outrora mapeados nos levaram àqueles cujos artefatos eram museificados, como eles próprios, num lento extermínio simbólico. Os museus consistiam nesta paradoxal historicidade da morte e este significado de museificação aqui nos remete diretamente a Baudrillard⁴. Por outro lado, as recentes práticas de mapeamento social⁵ correspondentes à nova cartografia social nos facultaram condições de possibilidades para detectar o estado nascente de “pequenos museus” e o potencial de mobilização política de povos que reverteram a sua propalada condenação ao extermínio e rompe-

3 A “ação colonial”, segundo Balandier, é a forma mais relevante, a mais repleta de consequências, tomada pela expansão europeia por todo o planeta. Ela tem efeitos brutais sobre a “história dos povos a ela submetidos” por impor, ao se estabilizar, “uma situação de um tipo bem particular”. A noção de “situação” é resultante da imposição inerente à “ação colonial”.

4 O conceito de museificação, como historicidade da morte, é trabalhado por Baudrillard em consonância, a nosso ver, com Sartre e Merleau-Ponty, senão vejamos: “Estamos fascinados com Ramsés como os cristãos da Renascença o estavam com os índios da América, que nunca tinham conhecido a palavra de Cristo (...). Deste modo terá bastado exumar Ramsés para o exterminar ao museificar: é que as múmias não apodrecem com os vermes: elas morrem por transumarem de uma ordem lenta do simbólico, senhora da podridão e da morte, para uma ordem da história, da ciência e do museu, a nossa, que já não domina nada, que só sabe votar o que precedeu à podridão e à morte e tentar em seguida ressuscitá-lo pela ciência. Violência irreparável para com todos os segredos, violência de uma civilização sem segredo, ódio de toda uma civilização contra suas próprias bases.” (BAUDRILLARD, 1991:18-19). (g.n.)

5 Referência ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), instituído a partir de 2005, por uma rede de pesquisadores de universidades públicas da Amazônia e do Nordeste.

ram com os estigmas de “primitivos” e “atrasados”, atribuídos usualmente à categoria “Outros”. A recorrência com que estes agentes sociais designam suas iniciativas museológicas como “pequenos museus” possibilita a compreensão de porque atribuem uma ênfase desmedida à vida, desdizendo os “históricos” prognósticos de morte. Ambos, mapa e museu, são coetâneos da emergência destas identidades coletivas objetivadas em diferentes formas político-organizativas e suas ações transformadoras, que passam a representar a historicidade da vida se contrapondo ao mofo dos museus reais e imperiais, à soturnidade dos museus nacionais e à morte que paira sobre estes grandes museus das antigas metrópoles, que agora buscam desesperadamente se renovar.

Em síntese pode-se afirmar que se tem uma etapa recente nas pautas reivindicatórias de associações quilombolas que privilegiam a economia do conhecimento. As lutas identitárias não se separam, portanto, das lutas econômicas, as práticas de mapeamento não se desatrelam dos conhecimentos específicos, que classificam artefatos e documentos arquivados nos CCS. Os mapeamentos sociais e os museus, não obstante as distinções entre eles, se apresentam como componentes indissociáveis das mobilizações políticas dos quilombolas seja em Alcântara ou no Rio Trombetas, seja no Rio Erepecuru ou nos Rios Andirá e Pindaré. Se os pequenos museus “enraízam” os conhecimentos que as comunidades quilombolas produzem, fortalecendo as identidades coletivas, os mapeamentos sociais possibilitam um conhecimento mais detido de suas áreas e reforçam as práticas de defesa efetiva dos seus territórios numa ação constante.

Referências bibliográficas

AIRES, Geovânia Machado. *Educação a céu aberto e escolarização no Território do Formoso – um estudo etnográfico a partir dos saberes e conhecimentos tradicionais locais como contribuição para as escolas estabelecidas nas comunidades quilombolas Olho D’ água e Lagoa Mirim*. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia). Universidade Estadual do Maranhão. Maranhão. 2016.

AYRES, Gardênia Mota. *Monte Cristo era ouro, era prata, com a desapropriação todo mundo*. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia). Estadual do Maranhão. Maranhão. 2015.

- ALMEIDA, A.W.B. de. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro. Casa 8/FUA. 2008 pp.46-48.
- _____. *Quilombos e as Novas Etnias*. Manaus. UEA eds. 2001
- ALMEIDA, A.W.B. e Oliveira, M.A. (orgs.) *Museus Indígenas e Quilombolas: Centro de Ciências e Saberes*. Manaus. UEA eds./PNCSA. 2017 pp.229-390
- ALMEIDA, A.W.B. de; OLIVEIRA, Arenillas M. *Museus Indígenas e Quilombolas: Centro de Ciências e Saberes*. Manaus. UEA/MAST/UEMA. 2018.
- BALLANDIER, Georges. A situação colonial; abordagem teórica. Cadernos Ceru, v. 21n.1, Georges Balladier 2014 p 33-58. Disponível em <https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2020/11/A-Abordagem-Colonial1.pdf>
- BAUDRILLARD, J. *Simulacros e simulação*, Portugal, Relógio d'Água, 1991. (BAUDRILLARD, 1991:18-19). (g.n.)
- BENEDICT, Anderson. “El censo, el mapa y el museo”. In: _____ *Comunidades Imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Mexico. Fondo de Cultural Económica. 1993 p.229-259.
- BENNETT, John W. *The New Ethnicity. Perspectives from Ethnology. 1973-Proceedings of the American Ethnological Society (AES)*. San Francisco. West Publishing Co. 1975.
- FARIAS JUNIOR, Emmanuel de A. *Territórios Conquistados e Megaprojetos inconcludentes. Quilombolas de Cachoeira Porteira*. São Luís. Editora UEMA, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 161
- GORTZ, André. *O Imaterial. Conhecimento, valor e capital*. São Paulo. Annablume. 2005 (G)
- PEREIRA, Davi Junior. *The Future of Alcântara Is Not (Just) Rocket Science: Quilombola Epistemologies and the Struggle for Territoriality* Tese (Doutorado Universidade do Texas/ Austin e do Tereza Lozano Long Institute of Latin America Studies (LILLAS). Austin. 2021.
- LOPES, Danilo da Conceição Serejo. *As territorialidades específicas como categoria de análise na construção do direito de propriedade das comunidades quilombolas de Alcântara (MA)*. Dissertação (mestrado Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia). Maranhão. 2016.
- PINTO, Regiane de Jesus. *Território, parentesco e panema: a Irmandade de Brasília*. Dissertação (mestrado Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia). Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Maranhão, Maranhão. 2019.
- KEUCHEYAN, Razmig. *La naturaleza es un campo de batalla. Finanzas, crisis ecológica y nuevas guerras verdes*. Buenos Aires. Capital Intelectual. 2016.

LOPES, Reinaldo José Lopes. “Na era do cancelamento, homenagens a cientistas preconceituosos são revistas.” *Folha de São Paulo*, 15 de agosto de 2020.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo : Companhia das Letras, 2011.

_____. *Cultura e Resistência*. Edward Said: entrevistas do intelectual palestino a David Barsamian. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

SCOTT, James, 2009, *The art of not being governed*. Yale: Yale University Press